



Presidente do Supremo Tribunal Federal, Luiz Fux repudia ataques de Bolsonaro ao sistema eleitoral. Entidades também se manifestam, e partidos de oposição apresentam notícia-crime contra o presidente

Reação em peso na defesa da democracia

» TAINÁ ANDRADE

As acusações do presidente Jair Bolsonaro (PL) ao sistema eleitoral brasileiro, na reunião com embaixadores estrangeiros, na segunda-feira, motivaram reações em massa do Judiciário, da oposição ao governo e de entidades em defesa da democracia.

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, reiterou, ontem, a “confiança total na higidez do processo eleitoral e na integridade dos juízes que compõem o TSE”. De acordo com a nota divulgada pela Corte, o ministro “repudiou que, a cerca de 70 dias das eleições, haja tentativa de se colocar em xeque mediante a comunidade internacional o processo eleitoral e as urnas eletrônicas, que têm garantido a democracia brasileira nas últimas décadas”.

Também ontem, Fux se reuniu com o presidente do TSE, Edson Fachin, por videoconferência, para discutir os recentes ataques ao Judiciário por parte de Bolsonaro. Na segunda-feira, o titular da Corte Eleitoral já havia rebatido as declarações do chefe do Executivo. Disse haver um “inaceitável negacionismo eleitoral”, destacou que estão tentando “sequestrar a opinião pública” e enfatizou: “É hora de dizer um basta à desinformação e ao populismo autoritário”.

Entidades civis também se manifestaram. Para a Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), o trabalho da Corte Eleitoral não pode ser alvo de hostilidades. Também classificou como “inadmissível” ataques pessoais a juízes. Segundo a AMB, o TSE e os Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) têm independência, que garante uma eleição ímune a “qualquer força contrária à segurança jurídica e ao Estado de direito”. “A jovem democracia brasileira possui instituições fortes o suficiente para atravessar os momentos de disputas eleitorais”, destacou.

A Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (ADPF), a Associação Nacional dos Peritos Criminais Federais (APCF) e a Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal (Fenadepol) divulgaram nota conjunta na qual enfatizam a confiança no sistema eleitoral. “A Polícia Federal é

Nelson Jr./SCO/STF



Fux criticou a “tentativa de se colocar em xeque mediante a comunidade internacional o processo eleitoral e as urnas eletrônicas”

» EUA: “Eleições brasileiras são modelo para o mundo”

No dia seguinte ao ataque do presidente Jair Bolsonaro ao processo eleitoral, o governo dos Estados Unidos afirmou que as eleições brasileiras servem como modelo para o mundo e disse confiar que o resultado vai refletir o desejo do eleitor. “As eleições brasileiras, conduzidas e testadas ao longo do tempo pelo sistema eleitoral e instituições democráticas, servem como modelo para as nações do hemisfério e do mundo”, diz a nota. A reação do governo Joe Biden foi discutida pela diplomacia americana ao longo do dia, em contatos entre Washington e Brasília. O encarregado de negócios da embaixada, Douglas Koneff, participou do encontro dos chefes de missão diplomática com Bolsonaro, no Palácio da Alvorada, na segunda-feira.

uma das instituições de Estado que tem por atribuição garantir a lisura e segurança das eleições, que, desde a redemocratização, ocorrem sem qualquer incidente que lance dúvidas sobre sua transparência e efetividade”, diz o comunicado. “É importante reiterar que as urnas eletrônicas e o sistema eletrônico de votação já foram objeto de diversas perícias e apurações por parte da PF e que nenhum indício de

ilicitude foi comprovado nas análises técnicas.”

As três entidades ainda destacam que “acatar a legislação eleitoral vigente e respeitar a Constituição, bem como as decisões democráticas, é imprescindível a todo e qualquer representante eleito ou postulante a cargo eleitoral”. “As entidades representativas que subscrevem esta nota têm total confiança de que, neste ano, o povo brasileiro escolherá seus representantes de forma

transparente e republicana como sempre fez”, acrescentam.

Investigação

Já líderes da oposição apresentaram no STF uma notícia-crime contra Bolsonaro. No documento, o chefe do Executivo é acusado de improbidade administrativa, crime eleitoral e de responsabilidade e de atentar contra instituições democráticas, além de fazer propaganda eleitoral antecipada.

A ação foi movida por PT, PSol, PCdoB, PDT, Rede, PSB e PV. As siglas relembram que entre as atribuições de um presidente da República está a de não intervir “em questões relacionadas às eleições, estas de competência da Justiça Eleitoral, conforme estabelece todo o arcabouço legal vigente”.

As siglas sustentam que o Brasil foi “exposto negativamente, mais uma vez, para a comunidade internacional”. “Houve, também, ameaça ao Estado democrático de direito, previsto no

Código Penal no crime contra as instituições democráticas, que pode se unir à pena correspondente à violência”.

A notícia-crime diz que Bolsonaro cometeu outra infração ao incitar hostilidade entre as Forças Armadas e o TSE e ao forçar a Corte Eleitoral a implementar as “sugestões” feitas pelos militares. “O que se viu no delirante e constrangedor discurso dirigido aos convidados presentes à fática reunião convocada pelo representado, divulgado por uma rede nacional de televisão em seu canal no YouTube, também transmitido ao vivo na rede de televisão pública TV Brasil, foi claramente a prática de um dos chamados crimes de lesa-pátria ou de traição contra seu povo, agora previsto expressamente no Código Penal, introduzido pela recém-promulgada Lei nº 14.197/2022, que revogou a antiga Lei de Segurança Nacional, criando o Título XII do código – Crimes contra o Estado Democrático de Direito”, afirmam os deputados. (Colaborou Luana Patriolino)

Quatro perguntas para

MAURO CAMPBELL,
CORREGEDOR-GERAL DO TSE

As urnas eletrônicas são confiáveis?

Com certeza. Falo isso com absoluta convicção, porque não sou apenas membro do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mas também sou eleitor. Então, é meu primordial interesse saber que meu voto sempre valeu na urna eletrônica.

Como promotor de Justiça Eleitoral, o senhor testemunhou muitas fraudes nos tempos do voto impresso?

Trago a experiência de quem, como promotor de Justiça e membro do Ministério Público, atuou em eleições com as chamadas urnas de lonas. Como titular da promotoria da 16ª Zona Eleitoral de Manicoré, no Amazonas, fiz ter uma nova eleição no município, ao anular 18 urnas fraudadas. A população, sobretudo a mais jovem, precisa entender que existe uma realidade: não há nenhum fato a desabonar o processo eleitoral eletrônico brasileiro. Não há.

De onde vem o interesse em desacreditar as urnas eletrônicas?

O interesse, de onde vem, para nós, membros da magistratura da Justiça eleitoral, não importa. O que realmente é relevante é transmitir para a população brasileira a convicção que é nossa, primeiro como eleitores que somos, que os ministros do TSE querem fazer eleições seguras, sérias, probas, auditáveis, como sempre foram feitas. Uma eleição serve para renovar um sistema todo, não para destruí-lo.

Quem vencer as eleições tomará posse?

Lógico. É lógico que os vencedores serão empossados

(Vicente Nunes, correspondente em Lisboa)

Procuradores pressionam Aras

Procuradores federais e regionais da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) pediram, ontem, ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), a abertura de investigação contra o presidente Jair Bolsonaro por “ilícitos eleitorais decorrentes de abuso de poder”. O motivo da representação foram os ataques feitos pelo chefe do Executivo às urnas eletrônicas e à Corte na reunião com embaixadores estrangeiros na segunda-feira.

Na avaliação de 42 procuradores, de todas as unidades da Federação, Bolsonaro fez uma “campanha de desinformação” na apresentação a diplomatas. “A desinformação cria narrativas paralelas que tentam formar opiniões com base em manipulação, emoção, utilizando, inclusive,

artifícios tecnológicos que podem dar uma precisão nunca outrora vista em relação ao perfil das pessoas a serem enganadas”, alertaram. “O direito à liberdade de expressão abarca, também, o processo de formação e divulgação das opiniões. A mudança de ideia é uma liberdade das pessoas, e, como a desinformação trabalha com base nas emoções, pode despertar sentimentos de superioridade, raiva ou medo.”

O grupo de procuradores lembrou que assinou, em abril, um termo de cooperação com o TSE para defender a integridade do processo eleitoral. Por isso, pede a apuração dos fatos. “A conduta do presidente da República afronta e avilta a liberdade democrática, com claro propósito

de desestabilizar e desacreditar o processo e as instituições eleitorais e, nesse contexto, encerra, em tese, a prática de ilícitos eleitorais decorrentes do abuso de poder”, detalhou a representação.

Logo após a representação da PFDC, 33 dos 71 subprocuradores-gerais da República, que atuam na Procuradoria-Geral da República, afirmaram, em nota, que Bolsonaro tem o dever de “respeitar lealmente os Poderes da República” e não tem o direito de “desacreditar ou atacar impunemente as instituições”. De acordo com eles, é crime de responsabilidade “utilizar o poder federal para impedir a livre execução da lei eleitoral”. Tal previsão, disseram, se dá para garantir de independência da Justiça Eleitoral.

Segundo os subprocuradores-gerais, também configuram crimes de responsabilidade “servir-se das autoridades sob sua subordinação imediata para praticar abuso do poder, subverter ou tentar subverter por meios violentos a ordem política e social, incitar militares à desobediência à lei ou infração à disciplina e provocar animosidade entre as classes armadas, ou delas contra as instituições civis”. Bolsonaro tem estimulado as Forças Armadas a questionar o processo eleitoral vigente.

As cobranças colocam sob pressão o procurador-geral da República, Augusto Aras, que, alinhado ao presidente da República, não tratou em público das investidas de Bolsonaro. (TA, com Agência Estado)

AFP



Alinhado ao chefe do Executivo, Aras não se manifestou sobre o caso